

Educando para a diversidade: abordagens de gêneros e sexualidades na Educação de Jovens e Adultos¹

Education for diversity: gender and sexuality approaches in Youth and Adult Education

Lucas Santos de Assis*

Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL)

Maceió – AL, Brasil

Natália Luczkiewicz da Silva**

Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL)

Maceió – AL, Brasil

Flávia Colen Meniconi***

Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL)

Maceió – AL, Brasil

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar a percepção de estudantes de uma turma da Educação de Jovens e Adultos (EJA) frente a discursos que propagam a ideia de que as manifestações sexuais que destoam da cisheteronormativa são doenças e/ou pecado. Para tanto, desenvolvemos aulas temáticas, na disciplina de Língua Portuguesa, em uma escola pública de Alagoas. Em relação à metodologia, partimos de uma pesquisa-ação interventiva (Thiollent, 1986) e analisamos os dados de forma qualitativa. Este trabalho conta com três fontes de análise, a saber: questionário, diários de campo e artigos de opinião (todos produzidos pelos alunos participantes). Apresentamos um breve esboço sobre a EJA e o Ensino Médio, bem como essas questões de gêneros e de sexualidades, que por muito tempo foram consideradas tabus, estão ou não sendo abordadas nessa modalidade de ensino. A partir da análise dos artigos de opinião e das entrevistas, verificamos que, apesar de convivermos com diversos avanços no que diz respeito à temática abordada, estamos longe de ressignificar esses discursos de inferiorização do *outro*.

Palavras-chave: Colonialidade de gênero. Educação de Jovens e Adultos. Língua Portuguesa. Sexualidades.

Abstract: The present work aims to analyze the perception of students in a Youth and Adult Education (EJA) class regarding speeches that propagate the idea that sexual manifestations that deviate from heteronormativity are illnesses and/or sin. In order to achieve this, we developed thematic classes, in the Portuguese Language

¹ Trabalho aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas, sob o parecer de número: 6.300.705.

* Doutorando e Mestre em Linguística e Literatura, na linha de Linguística Aplicada, pelo Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da *Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL)*, Maceió – AL, Brasil. E-mail: lucas.assis@fale.ufal.br.

** Doutoranda e Mestre em Linguística e Literatura, na linha de Linguística Aplicada, pelo Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada da *Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL)*, Maceió – AL, Brasil. E-mail: natalia2luczkiewicz@gmail.com.

*** Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da *Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL)*, Maceió – AL, Brasil. E-mail: flavia.meniconi@fale.ufal.br.

subject, in a public school in Alagoas. Regarding the methodology, we started with interventionist action research (Thiolent, 1986) and analyzed the data qualitatively. This work relies on three sources of analysis, namely: questionnaire, field diaries and opinion articles (all produced by the participating students). We present a brief outline of EJA and High School, as well as whether or not these issues of gender and sexuality, which were considered taboo for a long time, are addressed in this type of education. From the analysis of opinion articles and interviews, we verified that, despite living with several advances regarding the topic addressed, we are far from giving new meaning to these discourses of inferiorization of the *other*.

Keywords: Gender coloniality. Youth and Adult Education. Portuguese Language. Sexualities.

1. CONSTRUINDO UM DIÁLOGO

O processo de colonização modificou a vida dos povos colonizados de tal modo que foram impedidos de se expressar política, cultural, religiosa e linguisticamente. Os europeus adentraram nas terras brasileiras, utilizando-se de violência física e simbólica para consolidar as suas crenças e ideologias em detrimento de aqueles considerados como selvagens e desprovidos de conhecimento, ou seja, os povos indígenas (Costa, 2010). Era preciso ensinar a língua portuguesa e evangelizá-los para que eles se adaptassem ao modelo *universalista* hegemônico, servindo-lhes de escravos.

Ao falarmos de cultura, consideramo-la como um processo complexo que envolve diversos elementos de composição da identidade de um povo (Cunha, 2009). Portanto, sendo ela afetada ao longo de trezentos e vinte e dois anos de colonização, é possível que a mudança de regime, ao menos legalmente, modifique esse cenário de uma hora para outra?

O questionamento apresentado acima soa retórico, no entanto, faz-nos refletir sobre falsos discursos de que não vivemos mais em um sistema colonialista quando ainda sofremos com os resquícios desse período e com as suas ressignificações na sociedade moderna. Obviamente, não adotamos mais o modelo colonial, desde a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Contudo, podemos falar em um movimento chamado de *colonialidade*.

De acordo com Oliveira e Candau (2010), a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, relaciona-se à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as intersubjetividades se articulam entre si, por meio do mercado capitalista mundial e da ideia de raça.

Partindo desse entendimento, a Rede Modernidade/Colonialidade, que conta com a participação de estudiosos como Quijano, Mignolo e Dussel, elenca três tipos de colonialidades: do poder, do saber e do ser, as quais ocorrem de forma simultânea nas relações entre os sujeitos e nas cadeias de poder. Por meio das conceitualizações apresentadas por esses pesquisadores, entendemos que essas colonialidades podem reverberar em outras esferas mais específicas da vida que, por sua vez, não foram discutidas pela Rede. É nesse sentido que Lugones (2010) realiza uma crítica a essa teoria, pois, segundo a autora - e nós concordamos -, esses estudiosos deixaram de lado um aspecto fundamental que foi atingido pelo modelo colonial: o gênero. Assim, Lugones (2010) propõe a teoria da *colonialidade de gênero*, a fim de comportar tanto discussões sobre gêneros como de sexualidades.

Os europeus apoiados em fundamentalismos religiosos, racistas e sexistas demonizaram as práticas sexuais dos colonizados, adquirindo o controle sobre os seus corpos e sexualidades. Essa busca pela ocidentalização do mundo (Venn, 2000) faz prosperar discursos de ódio, misóginos, LGBTQIA+fóbicos, racistas etc. Partindo desse entendimento, compreendemos que a linguagem, enquanto manifestação social, é um dos principais mecanismos de inclusão ou exclusão, uma vez que é pela e na linguagem que conseguimos materializar nossas crenças e visões

de mundo. Portanto, é necessário observar e refletir sobre os discursos que circulam socialmente e a quem eles privilegiam ou silenciam.

Nesse sentido, chamamos atenção para a necessidade urgente de trabalhar com esses discursos em sala de aula, mais particularmente, nas aulas de Língua Portuguesa, visto que possibilita-nos analisar esses discursos de forma crítica, ressignificando-os no sentido de compreender outras versões.

Para tanto, desenvolvemos esta pesquisa em uma turma da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de uma escola da rede pública do estado de Alagoas. O objetivo geral foi analisar a percepção de estudantes participantes frente a discursos que propagam a ideia de que as manifestações sexuais que destoam da heteronormativa são doenças e/ou pecado.

Com base nisso, buscamos responder às seguintes perguntas: a) como os alunos da EJA compreendem as questões de gêneros e de sexualidades? b) quais fatores sociais que os participantes da pesquisa utilizaram para justificar seus posicionamentos? e c) em que medida a pesquisa contribuiu para o desenvolvimento crítico e reflexivo dos participantes frente ao tema estudado?

Em relação à metodologia, partimos de uma pesquisa-ação interventiva (Thiollent, 1986) e analisamos os dados de forma qualitativa. Este trabalho conta com três fontes de análise, são elas: questionário, diários de campo e artigos de opinião (todos produzidos pelos alunos participantes).

2. COLONIALIDADE DE GÊNERO E LINGUÍSTICA APLICADA

Mesmo antes do nosso nascimento, os nossos corpos são classificados. A partir do momento em que a imagem de um ultrassom é espelhada em uma tela, há um movimento de determinação acerca daquela pessoa que está sendo gestada. Uma determinação que o coloca em um lugar pré-estabelecido na e pela sociedade, a fim de que siga os papéis naturalizados para o seu sexo e gênero.

Se a imagem do ultrassom nos mostrar um corpo com um pênis, recai sobre esse feto uma carga social que, automaticamente, o remete e o classifica como menino, homem e macho. Ligeiramente, há um movimento, por parte dos parentes desse novo ser em gestação, em adequar as vestimentas, os brinquedos e demais utensílios de uso para remeter às atividades e às cores consideradas masculinas. O quarto logo é pintado de azul, suas roupinhas seguem a mesma paleta de cores, o pai determina seu time de futebol favorito e o chama de o *garanhão das meninas*. Afinal, um novo *homem* está em formação, com comportamentos específicos a serem seguidos.

Nos corpos em que uma vagina é localizada, verificamos o mesmo movimento. Todo um mundo rosa é idealizado para receber essa nova *mulher*. Bonecas estampam prateleiras em paredes cor de rosa; vestidinhos rodeados de laços e de babadinhos são pendurados em cabides e cozinhas de plástico com panelinhas serão seus brinquedos por muitos anos. Afinal de contas, uma mãe e dona de casa está sendo gestada.

Essa categorização dos corpos segue uma base hegemônica na sociedade, a matriz cisheterossexual (Silva, 2019), que estabelece a binaridade Homem X Mulher como reguladora do sexo e do gênero. Tais preceitos justificam-se por meio de um senso ontológico que toma a reprodução como fundamento e propósito divino da humanidade (Santos-Filho, 2012). Todavia, baseamo-nos nas ponderações de Judith Butler (2022) e María Lugones (2014; 2020) para afirmar que essa classificação opera a favor de dispositivos de naturalização e hegemonização da cisheterossexualidade, estigmatizando e marginalizando corpos que rompem com essa regulação binária.

Butler (2019) se apropria do conceito de *enunciados performativos* (Austin, 1962) para dizer que o sexo e o gênero são performativos, ou seja, constroem-se por meio da linguagem. Seria pelo discurso que, ao descrever uma menina e/ou um menino no momento do ultrassom, estaríamos lhe conferindo o *status* de ser masculino ou feminino, indo além da mera descrição do seu corpo, mas concretizando um ato que o classifica. Logo, se “as diferenças sexuais e de gênero são performativamente instauradas pelo discurso e no discurso, poderia ser possível designar ou conferir a identidade com base num conjunto alternativo de atributos discursivamente constituídos” (Salih, 2015, p. 124). Assim, esse corpo passa a performar os comportamentos e as práticas pré-estabelecidas discursivamente para a sua fisionomia biológica, tendo como base a matriz da cisheterossexualidade.

A lógica binária em detrimento da cisheterossexualidade passa a ser ramificada nos mais diversos contextos socioculturais por meio das grandes cruzadas travadas pelas nações europeias, que possibilitaram o domínio do povo europeu sobre os povos originários da América e de África. Vivenciamos, hoje em dia, as consequências dos longos e terríveis séculos de colonização que estão ramificados em nossa sociedade nos casos de racismo, xenofobia, LBTQIA+fobia, misoginia e intolerância religiosa. Crimes de atentado aos direitos humanos básicos que se configuram como colonialidade, entendida como “o lastro que permanece no processo de ocidentalização do mundo após o advento do colonialismo e a permanência de suas lógicas nas estruturas, instituições e no sujeito, em dinâmicas atreladas às macro-estruturas (poder), às subjetividades (ser) e às epistemologias (saber)” (Borges, 2021, p. 828).

Nessa perspectiva, Lugones (2014; 2021) chama atenção para a *colonialidade de gênero* que está intrinsecamente atrelada à *colonialidade do ser*^{2*}. Em outras palavras, a colonialidade de gênero refere-se à imposição do sistema binário de gênero e sexo que dita papéis sociais específicos a serem seguidos pelo dualismo Homem X Mulher. Por meio dessa hegemonização do sistema binário de sexo e gênero, sexualidades que divergiam dessa naturalização foram estigmatizadas, demonizadas e marginalizadas.

Percebe-se, nesta lógica, que as subjetividades e os corpos não normativos, especialmente aqueles mais distantes dos padrões hegemônicos de gênero e de sexualidades, como é o caso de travestis, são posicionados nas margens das relações sociais, a ponto de serem tidos como causa de desordem urbana quando decidem ocupar lugares diferentes daqueles que lhes foram historicamente destinados (Bezerra; 2023, p. 77).

Os corpos, sexualidades e gêneros dissidentes da lógica cisheteronormativa sofrem com um agenciamento, por parte de grupos que se autointitulam conservadores, tornando-os vítimas de atentados violentos capazes de extinguirem a vida, ou seja, são entendidos como corpos matáveis. Nesse panorama, chamamos a atenção para o conceito de *necro biopolítica* que possibilita refletirmos sobre a questão de *poderes institucionais* reguladores do “cálculo sobre quais vidas são dignas de proteção e quais não são passíveis de *prateamento coletivo*” (Bezerra, 2023, p. 128, grifo do autor).

Este artigo, inserido no viés da Linguística Aplicada Indisciplinar (Moita-Lopes, 1998; Moita-Lopes; Fabricio, 2021), parte da concepção de que podemos trabalhar com temáticas de

^{2*} A colonialidade do ser se manifesta, portanto, na internalização de padrões de beleza, comportamentos e culturas pelos povos colonizados, resultando na negação de suas próprias identidades e na busca pela assimilação dos padrões dominantes (Silva, 2023, p. 57).

grupos marginalizados e subalternizados socialmente por meio da linguagem, a exemplo das sexualidades e dos gêneros distintos da matriz cisheterossexual. Pois é por meio da linguagem e de seus usos na sociedade que podemos legitimar e/ou deslegitimar determinadas culturas, saberes e subjetividades humanas. Nesse sentido, “a ‘masculinidade’ e a ‘feminidade’ não se referem ao que somos nem às características que nos são inerentes. São efeitos discursivos produzidos pelas coisas que fazemos, dizemos e vestimos em nossas performances cotidianas” (Guimarães, Moita-Lopes, 2022, p. 75).

Assim, cabe a nós, pesquisadores compromissados com a Linguística Aplicada Indisciplinar, direcionar o nosso olhar para as questões sociais, buscando ressignificar narrativas que fomentam as desigualdades sociais. E, para tanto, constitui-se como um campo *indisciplinar*, inflige barreiras de campos teóricos hegemonzados ao dialogar com diversas áreas do conhecimento.

3. O CAMINHO TRILHADO

Adotamos uma metodologia de cunho bibliográfico e qualitativo para as discussões teóricas aqui apresentadas, baseando-nos na leitura de artigos, livros e dissertações que discorrem sobre as referidas temáticas: decolonialidade, colonialidade, sexualidades, gêneros e a EJA. Nas palavras de Prodanov e Freitas (2013, p. 34), a pesquisa qualitativa “é um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade, pois considera que os fatos não podem ser relevados fora de um contexto social, político, econômico etc.”.

Partimos de uma pesquisa-ação interventiva, vista como um meio que possibilita uma construção coletiva, considerando e induzindo a participação ativa dos envolvidos na pesquisa. Diante disso, Thiollent (1986, p. 15) pondera que a pesquisa-ação tem uma “estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo” (Thiollent, 1986, p. 15).

A pesquisa-ação pretende atingir a resolução total e/ou parcial de um determinado problema que está ocorrendo naquele meio, estando engajada em um caso “sócio-político a serviço da causa das classes populares” (Thiollent, 1986, p. 14). Em outras palavras, a pesquisa-ação volta-se para uma questão de cunho social, em que problemáticas que atingem determinado grupo ganham ênfase e pedem atenção para uma possível resolução e/ou meios que suscitem debates em prol dessa causa.

Na pesquisa aqui apresentada, centrada em um âmbito educacional, a pesquisa-ação foi vital para o desenvolvimento das atividades propostas, uma vez que fomentamos a participação ativa dos discentes; e as produções textuais e as discussões giraram em torno das temáticas das sexualidades e dos gêneros, fatores de relevância social, especialmente nos últimos anos em que discursos de ódio e preconceito destinados às pessoas que não se identificam com a matriz cisheteronormativa emergiram no Brasil e no mundo.

A instituição participante foi a Escola Estadual Professora Elza Soares Cavalcante, situada no município de Quebrangulo, no agreste do estado de Alagoas. Os alunos participantes estudavam no 4º Período da EJA/Ensino Médio, no turno noturno. A turma era composta por 40 alunos, com idade entre 18 e 45 anos. Em sua maioria, ingressantes do Ensino Médio por meio do programa *Vem que dá tempo*.

Percebemos que grande parte dos alunos que advinham do *Vem que dá tempo* não possuía domínio básico de leitura, interpretação e escrita de textos. Possivelmente, porque o programa não oferta aulas de revisão dos assuntos do Ensino Fundamental, apenas proporciona a aplicação

de uma prova que mede os conhecimentos que os discentes adquiriram no período em que frequentavam a escola.

Atualmente, a EJA abrange tanto aqueles jovens e adultos que estiveram ausentes da escola por vários anos e retornaram quanto os jovens que passam a frequentar essa modalidade de ensino ao atingirem a idade permitida, sem terem interrompido seus estudos na faixa etária regular. Em grande parte das situações, esse público enfrenta o desafio de conciliar estudo e trabalho. Portanto, consideramos que “esta modalidade de ensino ainda não representa um processo de emancipação e de transformação social e as contradições entre trabalho, educação e o modo de produção capitalista ainda persistem” (Freire; Carneiro, 2015, p. 9). Estamos lhe dando com trabalhadores que mesmo não desempenhando suas funções no período das aulas, precisam conciliar uma carga horária de trabalho exaustiva com os estudos que vão além do chão da sala de aula.

Nas aulas que foram ministradas na turma do 4º Período do EJA/Ensino Médio, notamos o grande índice de faltas. Muitos alegavam que trabalhavam o dia todo e à noite estavam cansados e não possuíam energia para ir à escola. Outros justificavam a falta por estarem doentes e/ou cuidando dos filhos.

A temática trabalhada nas aulas foi escolhida pelos pesquisadores em conjunto com as docentes efetivas da turma, visto que precisávamos seguir um planejamento orientado pela coordenação. Desse modo, infelizmente, os discentes não puderam escolher o tema a ser estudado, apenas as atividades que seriam desenvolvidas ao longo das aulas. Ao propor a temática de sexualidades e gêneros, partimos de uma pedagogia decolonial (Moreira-Júnior, 2021), permitindo que subjetividades distintas da lógica binária cisheteronormativa, em operação desde a colonização e que configura como um dos fatores da colonialidade na atualidade, adentrem a sala de aula. Além disso, almejamos construir narrativas de visibilidade e conscientização sobre sexualidades e gêneros que foram historicamente marginalizados.

Para a realização deste trabalho, ministramos oito aulas temáticas, nas quais debatemos questões de sexualidades e de gêneros. Nas duas primeiras aulas, apresentamos a pesquisa à turma, entregamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a assinatura dos discentes e aplicamos um questionário com perguntas acerca de alguns dados pessoais e questões sobre sexualidades e gêneros.

Na aula *Debatendo sobre o tabu da sexualidade* (3ª aula), foram entregues as cópias de 2 artigos de opinião. Um discorreu sobre a homoafetividade e o outro sobre a sexualidade na adolescência (disponíveis nas referências). Propomos uma leitura silenciosa dos textos e, em seguida, uma leitura em voz alta. Posteriormente, discutimos sobre os textos, centrando-nos nas seguintes questões: I – quais assuntos foram tratados nos textos? E II – O que você conhece e/ou pensa a respeito desse tema? Por quê?

A aula *Argumentação em linhas* (4ª aula) foi destinada à familiarização dos discentes com as características do gênero artigo de opinião (O que é? Para que serve? Onde circula? Como elaborar?), direcionando-os para uma futura produção. Na 5ª aula, intitulada *Preconceito, violência e morte: estigmatização da comunidade LGBTQIA+*, exibimos três falas de figuras públicas (um pastor, um deputado federal e um deputado estadual) que associavam uma sexualidade dissidente da cisheterossexualidade à patologia, anormalidade e desvio da natureza humana; em seguida, discutimos os vídeos (vídeos disponíveis nas referências).

Na 6ª aula, *Preciso falar sobre sexualidade! O que penso?* Os alunos produziram seus artigos de opinião, baseando-se nas seguintes indagações: I - O que vocês acham dessas falas? II – Qual mais te chamou a atenção? Por quê? e II – Como você enxerga essa questão de sexualidades na sociedade? As aulas 7 e 8 foram destinadas à reescrita, após uma revisão dos pesquisadores. Por fim, houve a socialização dos textos entre os discentes.

Nesse contexto, analisaremos três fontes de dados: I – as respostas às questões do questionário aplicado no início da pesquisa; II – três amostras dos artigos de opinião produzidos pelos discentes e III os diários de campo dos discentes.

4. PENSAR EM SEXUALIDADES OUTRAS: DISCUSSÕES E ANÁLISES DAS PRODUÇÕES

Para o recorte deste artigo, selecionamos as respostas a três questões sobre a sexualidade. Como critérios de seleção, consideramos os questionários que foram preenchidos em sua totalidade, a presença e a participação dos discentes nas aulas. As questões foram as seguintes: I – Para você, o que é sexo e sexualidade? II – Como você entende a relação entre duas pessoas do mesmo sexo? E III – Como você vê a questão das sexualidades no Brasil atual? As respostas em relação à primeira questão foram as seguintes:

Vandson^{3*}: Sexo é o ato entre o casal. A sexualidade é uma escolha do indivíduo na questão de união, sendo heterossexual, homo ou outra forma que queira.

José: Sexo é algo normal do ser humano.

Isis: Sexo para mim é ter relações com seu parceiro, ou seja é ter uma prática sexual.^{4*}

A resposta de Isis nos mostra que há uma associação do termo *sexo* ao ato sexual entre duas pessoas. Entretanto, não fica claro que casal seria esse, podendo ser um casal homoafetivo ou heterossexual. Notamos também que ela não relaciona a questão do sexo com algo ontológico, por meio de fatores corporais classificadores, como o senso binário macho e fêmea. Nesse sentido, Isis não apresenta uma regulação binária que “suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica” (Butler, 2022, p. 47).

De acordo com a resposta de José, o sexo é algo natural do ser humano. Por outro lado, nas considerações de Vandson, percebemos que ele especifica a questão da *união*, remetendo a uma relação de intimidade de um casal. Contudo, cabe destacar que nem sempre o sexo é consolidado dentro de uma relação monogâmica, em que apenas duas pessoas se relacionam entre si. Além disso, muitos indivíduos vivem a sua sexualidade de forma livre, relacionando-se com diversas pessoas, sem precisar compor, necessariamente, um casal.

A ideia de união, ainda que nesta resposta tímida, remete a concepções religiosas do sexo como algo do casamento, entre pares que possuem uma ligação no sentido de constituição familiar. Essa visão é muito restrita quando tomamos como base as vivências e práticas de diversos grupos culturais, bem como as transformações da sociedade contemporânea e a liberdade sexual.

Mesmo o aluno tendo consciência de que existem outras formas de sexualidades que vão além da cisheteronormativa, ele faz uso do termo “escolha” para se referir às relações entre os sujeitos, o que parece ir de encontro às teorias atuais de sexualidades e gêneros, em que a

^{3*} Todos os nomes utilizados na pesquisa são fictícios e foram escolhidos pelos alunos participantes.

^{4*} As respostas foram inseridas sem correções textuais/gramaticais, a fim de preservar a fidelidade das concepções dos discentes.

sexualidade não é vista como uma opção de escolha do indivíduo, mas como uma relação de troca de afetos e atração entre sujeitos.

Em relação à segunda questão, *Como você enxerga a relação entre duas pessoas do mesmo sexo?*, os(a) discentes responderam o seguinte:

Vandson: Normal. Mais uma dentre tantas formas de casais no mundo atual.

José: Enxergo como fora do normal.

Isis: Eu super respeito. Isto é sobre entender que cada um tem direito de escolha, independentemente de serem do mesmo sexo ou não, cada um deve buscar o que acha melhor.

Vandson entende a relação homoafetiva como uma entre várias formas de relacionamento humano. A partir dessa constatação, verificamos o uso do adjetivo “normal” para se referir às relações homoafetivas, em contraposição aos diversos discursos proliferados na sociedade em que este grupo é entendido como *um ponto fora do curso*, ou seja, como *anormal*. Ademais, o aluno destaca que se trata de um tipo de relação comum “no mundo atual”, o que nos faz refletir sobre as discussões apresentadas desde a introdução desta pesquisa de que esse tipo de relação é comum desde antes da colonização das Américas e de África. Isso nos leva a crer que, possivelmente, o aluno atrela esse tipo de vivência à atualidade, porque, em momentos remotos, falar sobre sexualidade era um tabu e agora estamos conseguindo expandir esse tipo de discussão para os diversos espaços, inclusive a escola (Bezerra, F. 2023).

A resposta do aluno José dessoa da apresentada por Vandson, pois ele reconhece as relações entre pessoas do mesmo sexo como uma coisa que inflige à normalidade humana, divergente do senso hegemônico do casal heterossexual composto por uma mulher e um homem. A concepção de José está relacionada à colonialidade do ser, “entendida como os efeitos do colonialismo no nosso modo de vida mais íntimo, nas relações de gênero e sexualidade, nas visões de si e dos outros, ditando papéis que homens e mulheres devem tomar, produzindo padrões a serem seguidos” (Bezerra, S. S. 2019, p. 904). Ele assevera a concepção binária dos papéis de gêneros específicos para o homem e a mulher, reproduzindo e cristalizando uma padronização que serve para que outras formas de manifestação sexual sejam ilegítimas, discriminadas e patologizadas.

Por fim, a resposta de Isis traz à tona uma questão importante que é o respeito ao próximo. Ela destaca que devemos ter empatia com o outro, um senso de solidariedade por aquele que sofre e é atacado por sua sexualidade. Além de dar ênfase à liberdade de cada pessoa em buscar o melhor para si. Com isso, é importante refletir que o respeito à sexualidade do outro não é um favor e/ou uma relação verticalizada entre o *eu* tolerante e o *outro* tolerável, mas sim, um dever de todo cidadão, visto que práticas preconceituosas que atingem à existência de pessoas que fogem à norma cisheteronormativa são configuradas como crime de homofobia^{5*}.

Diante das respostas, notamos compreensões diversificadas em torno do tema; alguns estudantes reconhecem a variedade de subjetividades presentes em uma sociedade em que a padronização dos valores identitários é questionada constantemente, pois vivemos em uma sociedade marcada por mudanças. Enquanto, José, por exemplo, parece-nos caminhar na mesma

^{5*} Projeto de Lei nº 672, de 2019. Ementa: Altera a Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir na referida legislação os crimes de discriminação ou preconceito de orientação sexual e/ou identidade de gênero.

direção que muitos discursos preconceituosos, ao considerar a relação entre pessoas do mesmo sexo como algo anormal. Nesse contexto, acreditamos que construir-se e situar-se socialmente demanda um exercício individual e social, uma vez que a nossa natureza é “fragmentada, heterogênea, contraditória e fluída” (Moita-Lopes, 2006).

Na última questão, *Como você entende a questão das sexualidades no Brasil atual?*, os discentes argumentaram o seguinte:

Vandson: Há muitos comentários extremistas sobre o assunto, principalmente nas redes sociais.

José: Vejo de maneira variada, vários tipos de sexualidade.

Isis: No Brasil existe muito preconceito sobre pessoas do mesmo sexo se relacionarem, é um absurdo que nos dias de hoje ainda existem pessoas que além de não aceitarem, chegam a ter preconceito e até mesmo agredir ou difamar.

O aluno José, que na questão anterior afirmou que a união entre pessoas do mesmo sexo era anormal, reconhece a existência de múltiplas sexualidades na sociedade, porém, não basta apenas reconhecer, é necessário caminhar em direção às ações que visibilizem esses grupos, de modo a promover debates e garantir direitos.

Nos excertos de Isis e Vandson, os estudantes comentam sobre o forte preconceito contra as sexualidades divergentes da matriz cisheteronormativa, que pode resultar em violação e morte de pessoas. Vandson chama a atenção para as redes digitais como um dos caminhos utilizados para a propagação da homofobia e destaca que essas ações começam a partir da linguagem, com “comentários extremistas”. Nesse sentido, consideramos que o discente consegue reconhecer a importância de trabalhar com esta temática nas aulas de Língua Portuguesa, visto que é por meio do discurso que as ideologias são construídas e disseminadas. Como salientam Borges e Melo (2019),

é pelo discurso que construímos as práticas sociais, legitimamos certas vidas, deslegitimamos outras, elegemos ou contestamos certas naturalizações da posição/colocação social de alguns corpos e de saberes hegemônicos, legitimamos certas existências de umas pessoas em detrimento das existências de outras (Borges; Melo, 2019, p. 5).

Nessa mesma perspectiva, Isis fala sobre a não aceitação dessas pessoas e alguns tipos de violências praticadas contra elas, como: preconceito, agressão física e difamação, demonstrando alguns dos desafios enfrentados por esse grupo e, mais uma vez, ressaltando o papel da linguagem nessas práticas, por meio da “difamação”.

Após a aplicação do questionário, pedimos para que os alunos registrassem, nos diários de campo^{6*}, o que acharam da temática discutida na aula. Com base nisso, obtivemos as seguintes respostas:

Vandson: Na aula de hoje foi tratado um tema muito importante, “sexualidade”. Trabalhar este assunto nas aulas de Língua Portuguesa tem sido de grande valia.

José: Eu achei muito interessante falar desse assunto que a pessoa fica bem informada para lidar com adversidades, saber respeitar e ensinar as pessoas que não tem conhecimento.

Isis: Acredito que se na educação nós sempre tivéssemos aulas como essa com mais frequência, o mundo poderia se tornar melhor, pois iria servir de alerta, de apoio, ouvindo os colegas e expressando também nossas opiniões.

Os discentes expressam interesse acerca da temática trabalhada nas aulas de Língua Portuguesa, conforme Vandson aponta em seu diário de campo, caracterizando esse tipo de discussão como algo “muito importante”. José, que mesmo ao afirmar que considera a relação entre pessoas do mesmo sexo como algo anormal, demonstra a necessidade de debater sobre as sexualidades, principalmente ao tocar na questão do respeito e apresentar às pessoas que existem outras narrativas além da matriz cisheteronormativa, como discorre o aluno: “a pessoa fica bem informado para saber lidar com adversidades, saber respeitar e ensinar as pessoas que não tem conhecimento”. A resposta do estudante demonstra que as aulas servirão não só como um conteúdo curricular, mas como algo que ele carregará para a vida, admitindo que o ensino pautado em situações reais promove uma expansão de conhecimentos e perspectivas, tornando-nos “bem informados”.

As palavras de Isis reverberam o poder inovador da educação, estabelecendo uma associação entre os conteúdos trabalhados em sala de aula e a realidade social. Ela acredita que trabalhar com temáticas de relevância social nas aulas pode transformar a nossa realidade, com base no respeito ao próximo, em escutar os outros, compreender suas vivências e suas dores.

No entanto, gostaríamos de chamar a atenção para a fala da estudante: “*acredito que se na educação nós sempre tivéssemos aulas como essa com mais frequência, o mundo poderia se tornar melhor, pois iria servir de alerta, de apoio, ouvindo os colegas e expressando também nossas opiniões*”. Os termos grifados levam a crer que a turma em que a aluna estuda tem pouco acesso a essas discussões em suas aulas, pois ela utiliza os verbos no futuro, correspondendo a possíveis situações que seriam vivenciadas “se” esse assunto fosse trabalhado com “mais frequência”. Além de observarmos um posicionamento positivo da estudante, ao valorizar o trabalho realizado, também reconhecemos a ausência ou pouca reflexão didático-pedagógica sobre a sexualidade.

Após algumas discussões, apresentamos aos discentes o gênero artigo de opinião para que eles se familiarizassem com esse tipo de texto. Para tanto, exibimos três falas de pessoas públicas que associavam uma sexualidade divergente da cisheterossexualidade à patologia e ao desvio da natureza humana. Em seguida, solicitamos a produção de um artigo de opinião, dos quais escolhemos três que serão analisados a seguir.

^{6*} Essa ferramenta consiste no registro completo e preciso das observações dos fatos concretos, acontecimentos, sentimentos, relações verificadas, experiências pessoais do profissional/investigador, suas reflexões e comentários (Campos, Albuquerque; Silva, 2021, p. 101).

Fragmento 1 – Artigo de opinião do aluno Vandson.

Brasil, sexualidade e senso comum

Desde a antiguidade, existem relatos históricos de relações humanas que diferem do senso comum, como o caso do imperador Alexandre, o Grande, que tinha relações homoafetivas constantemente. Mas na atualidade existe um imenso tabu que cerca o tema sexualidade.

Brasil, país colonizado pelos europeus, recebeu muito da cultura cristã católica europeia que influenciou diretamente o modo em que a população desenvolveu-se em sua maneira de pensar e principalmente de relacionar-se. Seguiu-se o “correto” ensinado pelos europeus, como por exemplo as relações de um casal hetero única aceita na sociedade por muito tempo na história.

As pessoas que expressavam uma sexualidade diferente eram vistas com estranheza e na maioria das vezes excluídas do âmbito social, até por seus próprios familiares. Com novelas, músicas, filmes e teatros cada vez mais tratando aos poucos as múltiplas sexualidades, foi-se criando uma certa empatia e uma maior aceitação, porém ainda muito longe do ideal.

Para melhor conscientização da população e diminuir a falta de entendimento sobre o tema, caberia aos líderes de direitos humanos colocarem-se à frente para debater e explicar o tema e diminuir os falsos entendimentos.

Fonte: os autores (2024).

No primeiro parágrafo, Vandson discorre sobre as relações que divergem da cisheterossexualidade, alegando que elas existem desde a Antiguidade. Para demonstrar essa ocorrência de forma concreta, ele faz uma alusão às relações homoafetivas mantidas pelo Imperador Alexandre. No entanto, segundo o estudante, apesar de ser uma prática comum das vivências humanas, atualmente a sexualidade continua submetida a determinados paradigmas que caracterizam essa discussão enquanto tabu. Entrementes, Vandson afirma que essa compreensão de múltiplas sexualidades destoa do senso comum que, de acordo com Marques e Fraguas (2021, p. 6),

Costuma ser subjetivo, exprime sentimentos e opiniões individuais ou de grupos, variando de uma pessoa para outra ou de um grupo para outro, dependendo das condições em que vivemos. Por isso, torna-se heterogêneo e individualizador, em que cada coisa ou cada fato nos aparece como um indivíduo ou como um ser autônomo (Marques; Fraguas, 2021, p. 6).

Nessa perspectiva, compreendemos que, ao falar sobre sexualidades que diferem do senso comum, o discente reconhece que a cisheterossexualidade é a relação que se encontra hegemônica e naturalizada na sociedade como um todo. Ou seja, que toma por base os sentimentos e opiniões de grupos que se estabeleceram no topo da sociedade e que ditam as normas a serem seguidas, perpassando a ideia de uma sexualidade única e comum a todos, segundo a concepção da reprodução e da binaridade de gênero.

No segundo parágrafo, o aluno discute acerca da colonização no Brasil, argumentando sobre como os preceitos da fé católica influenciaram e ainda influenciam nossa forma de pensar e de agir, principalmente no que tange à questão da sexualidade, permeada pela colonialidade do ser (Quijano, 1999). Desse modo, Vandson compreende que muitas situações de intolerância que

vivemos hoje são frutos desse período histórico, configurando-se como resquícios difíceis de serem ressignificados.

Quando ele destaca que a “*cultura cristã católica europeia influenciou diretamente o modo em que a população desenvolveu-se em sua maneira de pensar e principalmente de relacionar-se*”, chamamos atenção para a ideologia e o poder presentes nas relações entre colonizadores e colonizado. Inicialmente, houve uma mudança de pensamento (“*maneira de pensar*”), que também pode ser entendida como algo que envolve a identidade do indivíduo, o caráter, a memória, a cultura etc. atingindo, posteriormente, as relações e vivências concretas (“*relacionar-se*”). Em seguida, Vandson escreve que os costumes dos europeus foram disseminados como os *corretos*, utilizando esse termo entre aspas para demarcar um posicionamento contrário a essa crença. Isso nos remete à inferiorização e à aniquilação dos costumes dos povos originários, visto que “a lógica colonial destruiu para conquistar” (Teixeira, 2021, p. 53).

No terceiro parágrafo, o aluno comenta sobre o preconceito que rodeia a comunidade LGBTQIA+, privada de muitos direitos em razão do preconceito, sendo, muitas vezes, renegada pelos próprios familiares. Essa discussão apresentada pelo estudante faz-nos remeter a uma pesquisa realizada por Campos, Cardoso e Moretti-Pires (2019) que entrevistaram algumas pessoas da comunidade LGBTQIA+ em situação de rua, com o intuito de averiguar quais eram os principais motivos que levaram este público até ali. Segundo os pesquisadores, as mulheres entrevistadas

relataram que ser LGBT[QIA+] foi a motivação principal dos conflitos familiares, relacionados com o conservadorismo e crenças religiosas da família que não aceitavam nada fora do padrão heteronormativo. Nessas desvinculações forçadas, situações como discriminação racial, dificuldade financeira, institucionalização forçada, violências por serem LGBT[QIA+] e por portar o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) foram determinantes na ida para as ruas (Campos, Cardoso e Moretti-Pires, 2019, p. 82).

Nesse contexto, a reflexão do estudante é de suma importância, uma vez que ele reconhece que há essas desigualdades de gêneros e de sexualidades em nossa sociedade. Ao tempo em que tece essa crítica, destaca como os filmes, séries, músicas e o teatro têm se tornado veículos de comunicação necessários para essas discussões – reforçamos o papel da linguagem nesse processo de resistência. Contudo, ainda há muito a ser feito para que essa comunidade seja incluída com efetividade nas políticas públicas e tenha os seus direitos garantidos.

No último parágrafo, o discente argumenta como os líderes políticos podem mudar a realidade da comunidade LGBTQIA+, colocando-se à frente e gerando debates sobre a temática da sexualidade, para propagarem informações verídicas e promovam o respeito à diversidade sexual e de gênero. Com base nesse entendimento, cabe também frisar que não são apenas os “líderes dos direitos” humanos que devem agir de modo a mudar essa mentalidade social, mas todos nós podemos ter uma parcela de contribuição, por meio das nossas práticas cotidianas.

O segundo artigo de opinião analisado foi escrito pela aluna Isis e é intitulado *Sexualidade e Preconceito*, conforme exposto a seguir:

Fragmento 2 – Artigo de opinião da aluna Isis.

Sexualidade e preconceito

Falar de sexualidade nos dias de hoje, para muitos, é algo que gera polêmica e discussões, pois é algo que traz muito preconceito e discriminação. Na realidade, acredito que cada um de nós tem o livre arbítrio e o direito de escolha, podemos sim ser o que quisermos ser.

Referente às falas ouvidas nos vídeos, é um verdadeiro absurdo que, em pleno século XXI, pessoas que, além de serem preconceituosas, fazem com que os outros também acreditem no que falam. Com isso, gerando uma nação mais violenta e preconceituosa. Isso é algo tão sério que afeta bastante o psicológico das pessoas, como a gente vê nas TVs que muitos da comunidade LGBT adoecem psicologicamente por causa desses preconceitos.

Enfim, o que esperamos é que tenhamos num futuro, respeito, igualdade e isso em todos os sentidos seja de sexo, religião, raça ou cor.

Fonte: os autores (2024).

No primeiro parágrafo, Isis discorre sobre a sexualidade ser um assunto polêmico, trazendo à tona o preconceito e a discriminação que giram em torno desta temática. Discutir abertamente sobre sexualidade foi um tabu por muito tempo. Todavia, nos últimos anos, observamos a ascensão de inúmeros grupos conservadores da extrema-direita no mundo e, com esse ressurgimento de posicionamentos ideológicos que menosprezavam os direitos humanos básicos, as sexualidades divergentes da cisheteronormatividade têm sido atacadas incessantemente. Vivemos um momento global em que,

a equidade de gênero, o aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e leis e políticas voltadas à educação em sexualidade nas escolas, com matizes específicos, são temas que têm unido amplos setores conservadores em diferentes países, onde assistimos a reações públicas que fomentam um pânico moral que agrega legiões de pessoas em defesa da família, da heterossexualidade e contra um pretensão desvirtuamento das crianças e dos adolescentes (Leite, 2019, p. 128).

Os discursos de ódio que remontam às matrizes coloniais são perpetuados e trazidos de volta por grupos conservadores que fazem alusão ao nazismo, ao holocausto, ao fascismo, ao extermínio de etnias indígenas e dos povos africanos. Como citado por Isis, no segundo parágrafo, quando a aluna faz menção aos vídeos que foram exibidos que associavam uma sexualidade distinta da cisheterossexualidade à patologia e ao desvio da natureza humana.

Segundo a estudante, *“é um verdadeiro absurdo que, em pleno século XXI, pessoas, que além de serem preconceituosas, fazem com que outros também acreditem no que eles falam. Com isso, gerando uma nação mais violenta e preconceituosa”*. Esse posicionamento demonstra que ela tem consciência dos prejuízos decorrentes da proliferação de informações falsas na sociedade, além de citar como grupos religiosos e/ou políticos conseguem alienar uma quantidade indescritível de pessoas, transformando-as em marionetes para que sigam padrões que, muitas vezes, nem grupos extremamente conservadores seguem. Desse modo, verificamos que a pesquisa-ação é um dos caminhos para que possamos modificar essa realidade, no entanto, enquanto uma ideologia impregnada na sociedade, demanda um trabalho hercúleo e constante, algo que nem sempre conseguimos a partir de poucos encontros em sala de aula.

Dito isso, esses discursos de ódio em detrimento da hegemonização dos costumes do homem caucasiano, cristão, cisheterossexual e eurocentrado buscam naturalizar esses costumes

como *os bons x os maus*, transformando-nos em *cidadãos de bem*. Essa moralidade está “alicerçada em valores e práticas de extermínio, [que] endossa a distância entre os que se percebem como sujeitos e os outros, lidos à distância da subjetividade e da vida” (Teixeira, 2021, p. 84), reforçando os crimes de ódio e de intolerância a esses *outros*, classificados por meio do sistema colonial.

A comunidade LGBTQIA+, os povos originários das Américas e de África e as classes sociais menos abastadas ganham este *status* de *outro*, aquele relegado à marginalidade, ao lugar de subalternidade e impedido de existir. Ao sofrerem com todas as imposições das classes hegemônicas, com as violações e atentados a seus corpos e a suas vidas, são grupos fragilizados socialmente por um sistema que tenta, a todo custo, dizimá-los. Essa afirmação pode ser evidenciada quando Isis cita a questão da saúde psicológica da comunidade LGBTQIA+, no final do segundo parágrafo.

Conforme mencionamos anteriormente, os casos de suicídios na comunidade LGBTQIA+ são elevados. A não aceitação da família e da sociedade, o *bullying* nas escolas, o medo de ser agredido ao caminhar pelas ruas, a falta de engajamento e de políticas públicas de apoio à comunidade são algumas das consequências que afetam fortemente a saúde mental de muitos indivíduos desse grupo social.

Para finalizar o texto, Isis mostra-se esperançosa por um futuro em que possa vivenciar o respeito, seja em relação à raça, à cor, à sexualidade ou à religião de cada pessoa. O que nos chamou a atenção nesse parágrafo final foi o fato da estudante utilizar, pela primeira vez no texto, verbos na primeira pessoa do plural “*esperamos*” e “*tenhamos*”, o que entendemos como uma inserção num grupo que busca por justiça social.

Nesse sentido, entendemos que uma pedagogia que busca romper com esses padrões hegemônicos, doravante, uma pedagogia decolonial, mostra-nos *caminhos outros* que possibilitam a existência de diversas comunidades que foram silenciadas. Portanto, “ao decolonizar os valores, abrimo-nos à quebra desses modelos de interpretação e de ação que se logram de oposições que não permitem o risco, a mudança e a compreensão de que há vida fora dos circuitos hierarquizantes e supremacistas da moral restritiva” (Teixeira, 2021, p. 96).

Para finalizar a nossa análise de dados, partimos para a discussão acerca do artigo de opinião produzido pelo aluno José e intitulado *A homossexualidade*.

Fragmento 3 - Artigo de opinião do aluno José.

A homossexualidade

Falar em homossexualidade causa grande conflito, pelo motivo do que existem duas maneiras de opiniões, políticas e religiosas.

Existe uma possentagem maior que defende a homossexualidade, sobre políticos e população, uma quantidade menor de religiosos, e a população se possessiona contra, tem certeza que a opinião religiosa é menor? Não apenas uma visão minha.

Na minha opinião eu estou no grupo dos religiosos mim posiciono contra, posissionamento sobre a minha, mas na verdade existe uma adversidade causada por esses dois grupos, mais são somente posissionamentos diferentes.

Fonte: os autores (2024).

Em contrapartida, às produções textuais de Vandson e de Isis, José argumenta que os conflitos causados ao se falar sobre homossexualidade são decorrentes de oposições ideológicas provocadas pelas divergências entre política e religião. No segundo parágrafo, o aluno discorre sobre a existência de uma porcentagem de pessoas que defendem a homossexualidade,

associando-a à vertente política. Mais adiante, afirma que a porcentagem dos religiosos que se posicionam contra a homossexualidade é menor. No entanto, apesar de fazer essas alegações, em nenhum momento, o estudante apresenta dados comprobatórios e nem fontes de informação para argumentar acerca da veracidade dessa informação.

Para finalizar este parágrafo, ele apresenta a seguinte indagação: “*Tem certeza que a opinião religiosa é menor?*”. Possivelmente, com o intuito de levar o leitor a refletir sobre o alto número de pessoas religiosas no Brasil e agem ideologicamente, conforme seus preceitos. Além da compreensão do termo “menor” no sentido de quantidade, podemos também compreendê-lo em um sentido de *inferioridade*, no qual o estudante pode estar perguntando se a opinião dos religiosos é inferior, de modo provocativo e irônico, ao iniciar a oração como a expressão “tem certeza”.

No terceiro e último parágrafo, José diz que está do lado dos religiosos e que se posiciona contra a homossexualidade, indo de acordo com a sua resposta à segunda pergunta do questionário. Mesmo que ele tenha alegado ser um debate interessante para as aulas de Língua Portuguesa, mostra uma concepção estanque acerca das questões de gêneros e de sexualidades, não demonstrando estar aberto a conhecer outras perspectivas, apenas àquela à qual está filiado – a religiosa.

Através das palavras de José, nós, pesquisadores empenhados em uma pesquisa-ação no âmbito educacional, podemos tecer a consideração de que não foi possível reformular a opinião de José sobre as sexualidades distintas da cisheteronormatividade. Por mais que a pesquisa-ação tenha como um dos seus objetivos a resolução, parcial ou total, de uma problemática social (Thiollent, 1986), o estudo aqui apresentado atuou como um mecanismo de reconhecimento, por parte do discente, da existência de sexualidades outras.

Ao longo de todo o texto, José utiliza a palavra “opinião”, bem como alguns termos correspondentes como “visão” e “posicionamento”, para se referir às concepções de sexualidade. Diante disso, em primeiro momento, cabe destacar que falar sobre sexualidade não se trata apenas de uma opinião, é uma escolha política e ideológica permeada por situações binárias de inclusão X exclusão.

Por que precisaríamos *opinar* sobre a sexualidade de outra pessoa, alegando que não aceitamos? O que isso influencia em nossas vidas e nas nossas relações? Se dissermos que somos contra a homoafetividade de alguém, a pessoa deixará de ser homoafetiva? São algumas reflexões cabíveis para que possamos pensar que uma *mera visão*, não é apenas uma *mera visão*, ela não mudará os desejos do outro, mas pode corroborar o extermínio deste, algo que vai de encontro ao que as religiões cristãs pregam na palavra, *amar o próximo*.

Diante disso, o que o estudante diz ser “somente posicionamentos (sic) diferentes” parece-nos uma tentativa de atenuar toda uma complexidade que gira em torno das sexualidades e dos gêneros na sociedade brasileira. Isso colabora para um falso discurso de respeito à diversidade sexual, quando observamos, diariamente, pessoas sendo mortas, torturadas, abandonadas, suicidando-se, falta de acesso à saúde especializada, falta de oportunidade de emprego, dificuldade em ingressar em universidades, dentre outras questões que um “posicionamento diferente” pode causar.

José toma como base sua religião para se posicionar e falar sobre a sua moralidade “definida como o arranjo representativo e concreto do que deve ser feito e como deve ser feito, do que deve ser pensado e como deve ser, do que deve ser reverberado e como deve ser reverberado” (Teixeira, 2021, p. 75).

Nessa perspectiva, concluímos a nossa análise, mas esta pesquisa continua em andamento, pois acreditamos que ainda há um longo caminho a ser percorrido em relação às questões de gêneros e sexualidades. Sentimo-nos contentes por termos plantado uma semente significativa em Vandson e em Isis que se mostraram receptivos e críticos em relação ao tema. Sobre José,

esperamos que as aulas façam com que ele reflita, pesquise e aprenda mais sobre essa temática, que ele abra espaço para o caminho da dúvida. Afinal, não acreditamos em verdades absolutas e nem queremos que os alunos pensem da mesma forma que cada um de nós pensa, mas sim que não fiquem presos a informações repassadas por terceiros e possam construir as suas próprias concepções não alienadas, seja em política, religião, família, senso comum etc.

5. POR FIM, ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O NOSSO CAMINHAR (IN)CONCLUSO

Na pesquisa que desenvolvemos, observamos que o entendimento da sexualidade como algo mais amplo que, por sua vez, dialoga com a concepção relacionada à relação de afetos, aproximação, atração e trocas entre as pessoas, ainda tropeça em posicionamentos presos à união familiar, à instituição do casamento e às crenças religiosas defensoras das relações cisheterossexuais, produzindo e reproduzindo preconceitos, violências e injustiças sociais.

As análises das opiniões dos discentes participantes indicam que os estudantes possuem consciência acerca da diversidade de sexualidades presentes na nossa sociedade. Contudo, tomam como base a binaridade de gênero para discorrerem sobre um senso de naturalidade que estabelece a cisheterossexualidade como a única relação legitimada e naturalizada na sociedade. Algo que fica nítido nos posicionamentos de José, por exemplo, quando afirma que a relação entre duas pessoas do mesmo sexo é algo *anormal*. Os demais participantes parecem caminhar em direção a uma perspectiva de justiça social, porém, ainda necessitam de um aprofundamento teórico e vivencial sobre essa temática, com a finalidade de ampliarem suas visões sobre a sexualidade em seu sentido mais abrangente.

Nesse panorama, tomamos a colonialidade do ser como fator central que configura a sexualidade, regendo o sistema binário de gênero alicerçado em fatores ontológicos e biológicos para classificar os corpos em femininos ou masculinos. Por conseguinte, somos transportados para a colonialidade de gênero (Lugones, 2014; 2020), em que o “sexo é uma categoria social construída por meio de representações sociais e culturais, saberes, significações, poderes e tecnologias hegemônicas” (Vieira, 2019, p. 94).

Nosso caminhar ainda é (in)concluso porque reconhecemos que temos grandes desafios pela frente em nossa luta por um ensino mais crítico e transformador, principalmente, em relação às concepções de sexualidades que defendemos em nosso estudo. Apostamos na pedagogia decolonial como um trajeto rumo às perspectivas mais críticas e discursivas no processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa porque acreditamos que, as discussões em torno das colonialidades presentes em nossa forma de pensar, sentir e ser no mundo podem nos tornar mais conscientes, ajudando-nos a perceber *possibilidades outras* de amor, de conexões, de trocas e de afetos.

Abraçamos a pesquisa-ação em nossa proposta de ensino de Língua Portuguesa porque pretendemos transformar e/ou plantar sementes que indiquem as possibilidades de pequenas mudanças sociais em nossas ações formativas, evidenciando algo silenciado/apagado: as discussões em torno das sexualidades em suas múltiplas formas de ser e existir. Acreditamos que, ao trazer tal temática para o interior das nossas salas de aula, trabalhamos a língua de forma mais discursiva, aproximando-nos de problemáticas sociais reais que necessitam ser exploradas, diante do nosso ideal formativo que é o de contribuir para a conquista de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

REFERÊNCIAS

- BENTO, Rafaela Thomé. Sexualidade na adolescência: um tabu na sociedade. *Almanaque Plural*, [S. l.], 8 fev. 2018. Disponível em: <https://almanaqueplural.wordpress.com/2018/02/08/artigo-de-opiniao-sexualidade-na-adolescencia-um-tabu-na-sociedade/>. Acesso em: 23 out. 2023.
- BEZERRA, F. *Linguística Aplicada Transviada: gênero e sexualidade nos estudos da linguagem em perspectiva descolonial, interseccional e transdisciplinar*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.
- BEZERRA, S. S. Reflexões sobre colonialidade de gênero e letramento crítico em aulas no Ensino Médio. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 19, p. 901-926, 2019.
- BORGES, T. R. S. Branquitude e epistemologia antirracista: por uma linguística aplicada efetivamente crítica. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 60, p. 826-840, 2021.
- BORGES, R. C. S. ; MELO, G. C. V. Quando a raça e o gênero estão em questão: embates discursivos em rede social. *Revista Estudos Feministas*, v. 27, 2019.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.
- CAMPOS, D. A.; CARDOSO, H. M.; MORETTI-PIRES, R. O. Vivências de pessoas LGBT em situação de rua e as relações com a atenção e o cuidado em saúde em Florianópolis, SC. *Saúde debate*, v. 43, n. 8, 2019.
- CNN BRASIL. *Justiça determina retirada de vídeos com discurso homofóbico de André Valadão*. CNN Brasil, São Paulo, 12 jul. 2023. Política. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/justica-determina-retirada-de-videos-com-discurso-homofobico-de-andre-valadao/>. Acesso em: 17 out. 2023.
- COSTA, E. V. *A Abolição*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- CUNHA, M. C. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo, Cosac Naify, 2009.
- DUSSEL, E. *El Encubrimiento del Otro*. Hacia el Origen del Mito de la Modernidad. Madri. Nueva Utopía, 1992.
- FERNANDES, E. R. *Existe índio gay? A colonização das sexualidades indígenas no Brasil*. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.
- FREIRE, P. C. M.; CARNEIRO, M. E. F. Reflexões sobre a educação de jovens e adultos: contradições e possibilidades. *Revista brasileira de educação profissional tecnológica*. v. 1, n. 10, 2016.
- LEITE, V. Em defesa das crianças e da família: refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, p. 119-142, 2019.

- LOPES, J. C.; STARÁ, J. Diários de campo de aprendizagem como práticas pedagógicas decoloniais. *Educar em Revista*, v. 38, 2023.
- LUGONES, M. Toward a Decolonial Feminism. *Hypatia*, v. 25, n. 4, p. 742-759, 2010.
- LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 51 – 81.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, p. 935-952, 2014.
- MARQUES, R.; FRAGUAS, T. A formação do senso crítico no processo de ensino e aprendizagem como forma de superação do senso comum. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 7, p. e31010716655-e31010716655, 2021.
- MOITA-LOPES, L. P. Introdução: Linguística aplicada indisciplinar com base em uma ideologia linguística responsiva às teorizações queer. In: MOITA LOPES *et al.* *Estudos queer em linguística aplicada indisciplinar: gênero, sexualidade, raça e classe*. São Paulo: Parábola, 2022, 272 p.
- MOITA-LOPES, L. P. Uma linguística aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In: MOITA-LOPES, L. P. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, p. 13-44, 2006.
- MOREIRA-JÚNIOR, R. S. Por uma pedagogia decolonial no ensino de língua espanhola: uma experiência remota durante a pandemia da Covid-19. *Humanidades & Inovação*, v. 8, n. 30, p. 63-81, 2021.
- NAKAMURA, Júlia Grazziotin. Homossexualidade é doença? *Almanaque Plural*, [S. l.], 7 fev. 2018. Disponível em: <https://almanaqueplural.wordpress.com/2018/02/07/artigo-de-opiniao-homossexualidade-e-doenca/>. Acesso em: 23 out. 2023.
- OLIVEIRA, L. F.; CANDAU, V. M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 115-140, 2010.
- O DIA. *Vídeo: vereadora é alvo de ofensas transfóbicas de deputado bolsonarista em sessão da Alerj*. O Dia, Rio de Janeiro, 17 maio 2022. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2022/05/6404021-video-vereadora-e-alvo-de-ofensas-transfobicas-de-deputado-bolsonarista-em-sessao-na-alerj.html>. Acesso em: 02 out. 2023.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. *Dispositivo*, v. 24, n. 51, p. 137-148, 1999.
- SALIH, S. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SANTOS-FILHO, I. I. *A construção discursiva de masculinidades bissexuais: um estudo em linguística Queer*. Recife, 2012. 248 f. Tese (doutorado) - UFPE, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-graduação em Letras, 2012.

SANTOS, P.; SILVA, G. Os sujeitos da EJA nas pesquisas em Educação de Jovens e Adultos. *Educação & Realidade*, v. 45, n. 2, p. e96660, 2020.

SILVA, D. C. P. O dispositivo da colonialidade de gênero no discurso transfóbico online. *Raído-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFGD*, v. 13, n. 33, p. 10-27, 2019.

SOARES, M. *Letramento e alfabetização: as muitas facetas*. Trabalho apresentado na 26^o Reunião Anual da ANPED, Minas Gerais, 2003.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1986.

VENN, C. *Occidentalism, modernity and subjectivity*. Londres: Sage Publications, 2000.

VIEIRA, V. C. Perspectivas decoloniais feministas do discurso na pesquisa sobre educação e gênero-sexualidade. In: RESENDE, Viviane de Melo (Org.). *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019. p. 83 – 116.

UOL. *Deputado é transfóbico com Érika Hilton e causa tumulto em sessão que discute casamento homoafetivo*. YouTube, 19 set. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WSSSAYvAmHM>. Acesso em: 17 out. 2023.